

**CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO
OBSERVATÓRIO DE PESQUISA,
INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM
JUSTIÇA E TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(UFMS)**

**JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E GRUPOS
VULNERÁVEIS**

C749

Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande/MS;

Coordenadores: Elisaide Trevisam e Maria Paula Zanchet de Camargo Padilha – Campo Grande: Mato Grosso, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-435-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.

1. Transição energética justa. 2. Inovação social. 3. Sustentabilidade. 4. Governança. I. Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável (1:2026 : Campo Grande/MS).

CDU: 34

**CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO OBSERVATÓRIO DE
PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM JUSTIÇA E
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UFMS)**

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E GRUPOS VULNERÁVEIS

Apresentação

Os presentes anais reúnem os trabalhos aprovados e apresentados no Congresso Interdisciplinar em Justiça e Transição Energética, espaço acadêmico-científico concebido para fomentar o diálogo qualificado, interdisciplinar e crítico acerca dos desafios contemporâneos relacionados à transição energética, à justiça climática e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O evento consolidou-se como um ambiente de produção e circulação de conhecimento comprometido com a articulação entre Direito, políticas públicas, inovação tecnológica e inclusão social, reunindo pesquisadores, docentes, discentes e profissionais de diversas áreas. A proposta central foi promover reflexões aprofundadas sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais da transição energética, com especial atenção à construção de caminhos justos, inclusivos e sustentáveis.

A organização dos trabalhos em Grupos de Trabalho (GTs) possibilitou o aprofundamento temático e o diálogo especializado, contemplando diferentes dimensões da temática central:

O GT 1 – Justiça Climática e Transição Energética Justa, coordenado pelas Profas. Dras. Ynes da Silva Félix e Valéria Furlan, concentrou-se na análise dos fundamentos teóricos e práticos da justiça climática, bem como nos desafios para a implementação de uma transição energética equitativa.

O GT 2 – Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Proteção dos Direitos Humanos, sob coordenação do Prof. Dr. Aldo Aranha de Castro, da Profa. Dra. Camila Amaro de Souza e do Prof. Dr. Antonio Conceição Paranhos Filho, promoveu debates acerca da intersecção entre proteção ambiental e garantia de direitos humanos em contextos de mudanças climáticas.

O GT 3 – Governança, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas de Energia, coordenado pelo Prof. Dr. César Augusto Silva da Silva e pela Profa. Dra. Elaine Dupas, abordou os arranjos institucionais, regulatórios e políticos necessários para a efetivação de políticas públicas energéticas alinhadas aos direitos fundamentais.

Os GTs 4 – Inovação Social e Tecnologias Sustentáveis e GT 6 – Regulação, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento, ambos coordenados pela Profa. Dra. Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas e pelo Prof. Dr. Ari Rogério Ferra Júnior, reuniram trabalhos voltados, respectivamente, ao papel das inovações tecnológicas e sociais na promoção da sustentabilidade, bem como à análise dos instrumentos regulatórios e dos mecanismos de responsabilização necessários para um desenvolvimento alinhado aos princípios da justiça socioambiental.

O GT 5 – Justiça Socioambiental e Grupos Vulneráveis, coordenado pelas Profas. Dras. Maria Cristina Zainaghi e Vivian de Almeida Gregori Torres, voltou-se à análise das desigualdades socioambientais, com enfoque na proteção de grupos vulneráveis diante dos impactos da transição energética.

Os trabalhos aqui publicados refletem a diversidade de abordagens, a consistência teórica e o compromisso crítico dos autores com a construção de uma agenda acadêmica e institucional voltada à justiça energética e à sustentabilidade. Trata-se de uma produção que contribui não apenas para o avanço do conhecimento científico, mas também para o fortalecimento de políticas públicas e práticas sociais comprometidas com a equidade e a proteção dos direitos fundamentais.

Espera-se que estes trabalhos publicados constituam referência para futuras pesquisas, debates e formulações normativas, reafirmando o papel da academia na construção de respostas inovadoras e responsáveis frente aos desafios da transição energética contemporânea.

**IMPACTOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA VIDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NO ASSENTAMENTO FOZ DO RIO DO AMAMBAI: DESAFIOS,
OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**IMPACT OF LAND REGULARIZATION ON THE LIVES OF FAMILY FARMERS
IN THE FOZ DO RIO DO AMAMBAI SETTLEMENT: CHALLENGES,
OPPORTUNITIES, AND PERSPECTIVES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT**

**Sandro Fabian Francilio Dornelles
Tchoya Gardenal Fina Do Nascimento
Devanildo Braz da Silva
Maria Luiza Solon Cardoso Monaco
Isabella Córdova de Oliveira Souza**

Resumo

O estudo aborda a realidade do assentamento Foz do Rio do Amambai, localizado em Mato Grosso do Sul, destacando as dinâmicas socioeconômicas e ambientais sob a ótica da Justiça Socioambiental. Criado em 2007, o assentamento abriga 192 famílias, majoritariamente ocupantes não titulares, refletindo vulnerabilidades jurídicas e sociais, como insegurança fundiária e acesso limitado a direitos. Apesar dos avanços na infraestrutura, como a quase universalidade no acesso à água e à educação, persistem desafios em saneamento, moradia digna e saúde, agravados por questões geográficas. Economicamente, a produção agrícola e pecuária sustenta a maioria das famílias, porém a dependência do mercado externo e a baixa diversificação produtiva representam vulnerabilidades. A pesquisa destaca que a implementação do Projeto de Lei nº 3.266/2021 pode promover melhorias ao permitir o uso de fontes de energia renovável nos lotes, diversificando a renda e promovendo sustentabilidade. Tal iniciativa fortalece a segurança econômica, incentiva a organização coletiva e reforça o potencial de desenvolvimento socioeconômico sustentável, contribuindo para a equidade e justiça social no assentamento. Assim, o estudo evidencia a importância de políticas públicas que promovam a regularização fundiária, sustentabilidade ambiental e inclusão social, essenciais para evoluir rumo a uma sociedade mais justa e sustentável para os grupos vulneráveis do campo.

Palavras-chave: Justiça socioambiental, Regularização fundiária, Energia renovável, Desenvolvimento rural, Vulnerabilidade social

Abstract/Resumen/Résumé

The study examines the reality of the Foz do Rio do Amambai settlement, located in Mato Grosso do Sul, highlighting its socio-economic and environmental dynamics from the perspective of Socio-environmental Justice. Established in 2007, the settlement houses 192 families, mostly non-titular occupants, reflecting vulnerabilities related to land insecurity and limited access to rights. Despite advances in infrastructure, such as nearly universal access to water and education, challenges remain in sanitation, adequate housing, and healthcare,

exacerbated by geographic factors. Economically, agricultural and livestock production sustains most families; however, dependence on external markets and low product diversification pose vulnerabilities. The research emphasizes that the implementation of Bill No. 3.266/2021 could lead to improvements by allowing renewable energy sources on the plots, diversifying income and promoting sustainability. This initiative strengthens economic security, encourages collective organization, and enhances the potential for sustainable socio-economic development, contributing to social equity and justice in the settlement. Thus, the study underscores the importance of public policies that promote land regularization, environmental sustainability, and social inclusion—key elements needed to advance toward a more just and sustainable society for vulnerable rural groups.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Socio-environmental justice, Land regularization, Renewable energy, Rural development, Social vulnerability

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar a regularização fundiária, Foz do Rio do Amambai, localizado no município de Itaquirai/MS, focalizando a percepção dos agricultores familiares sobre o processo de titulação. Para isso, busca compreender se a titulação atua como uma política pública de transformação socioeconômica na região. Os objetivos específicos incluem identificar o perfil dos agricultores beneficiados, avaliar sua sensação de segurança após a titulação, perceber as mudanças socioeconômicas decorrentes do programa de reforma agrária e regularização, e examinar os impactos na produtividade agrícola e na sustentabilidade das atividades rurais diante dos desafios enfrentados. Também aborda as dinâmicas socioeconômicas, ambientais e de acesso a direitos no assentamento Foz do Rio do Amambai, sob a perspectiva da Justiça Socioambiental e a situação dos grupos vulneráveis que ali residem. O guia é resultado de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que deriva do Termo de Execução Descentralizada nº 10/2021-INCRA, celebrado entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (Nascimento, 2004), tendo como objeto o “Estabelecimento de cooperação técnica por meio de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e realização de serviços visando desenvolver processos inovadores de supervisão ocupacional, georreferenciamento e certificação no SIGEF dos lotes e perímetros e ações necessárias a titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul” e dentre as metas, “Elaborar estudos com perspectivas de avaliar os impactos produzidos pela regularização fundiária dos projetos de assentamento.

A pesquisa possui uma natureza básica, voltada à geração de novos conhecimentos teóricos, conforme Vergara (2016). Em relação aos objetivos, ela é de caráter descritivo, pois busca detalhar os impactos da titulação na percepção dos agricultores, e exploratório, com o intuito de investigar aspectos pouco estudados. A abordagem adotada é mista, combinando métodos quantitativos, que utilizam dados numéricos e análises estatísticas, com métodos qualitativos, que interpretam experiências, perspectivas e significados dos participantes, conforme Creswell (2014) e Denzin & Lincoln (2011).

Em colaboração com o INCRA e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC), (Nogueira et al., 2024), a pesquisa oferece um panorama detalhado que permite identificar desafios e oportunidades para a promoção de equidade e sustentabilidade em um contexto de reforma agrária e faz um comparativo de como a aprovação do Projeto de Lei nº 3.266, de 22 de setembro de 2021 pode melhorar a vida dos referidos assentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O assentamento Foz do Rio do Amambai, estabelecido em 17 de julho de 2007, abriga 192 famílias, sendo um resultado direto da política de reforma agrária que destinou terras para famílias sem-terra, historicamente um grupo vulnerável em busca de acesso à terra e dignidade. A análise do histórico da região de Itaquirai e do próprio Mato Grosso do Sul revela um passado de intensa exploração de recursos naturais, conflitos territoriais e a centralidade da reforma agrária para a reconfiguração socioeconômica, especialmente a partir de 1989.

Os dados socioeconômicos revelam particularidades importantes para a compreensão da vulnerabilidade. A pesquisa aponta uma prevalência de mulheres entre os entrevistados (61,7%), o que sugere um papel central feminino na gestão familiar e produtiva dos lotes. Contudo, um percentual significativo de 55,9% dos entrevistados ainda figura como "ocupantes" e não como "beneficiários titulares" dos lotes. Esta condição de não-titularidade pode gerar insegurança jurídica e limitar o acesso a políticas públicas e crédito, acentuando a vulnerabilidade. A baixa porcentagem de filhos de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (7,3%) indica uma constante inserção de novas famílias, demonstrando a importância contínua da política de acesso à terra.

Em termos de infraestrutura e acesso a direitos, o guia destaca avanços e lacunas. Na educação, o assentamento conta com a Escola Estadual Professora Tertulina Martins de Oliveira, que oferece Ensino Fundamental e Médio, sendo a capacidade de assinar o próprio nome quase universal entre os assentados. No entanto, o acesso à saúde ainda apresenta desafios, com a Unidade de Saúde da Família "ESF Santo Antônio" localizada a 10 km e o hospital mais próximo a 70 km, impondo barreiras geográficas que afetam diretamente a capacidade de atendimento emergencial e preventivo.

A dimensão ambiental dos assentamentos também reflete aspectos de justiça socioambiental. Embora a maioria das edificações seja de alvenaria (82,9%), a persistência de moradias de madeira (14,4%) e até de lona (1%) indica a necessidade de investimentos em moradias mais dignas e seguras. O acesso à água para consumo humano é quase universal (98,6%), mas a destinação de dejetos ainda preocupa: enquanto 66,2% utilizam fossa séptica, 29,7% ainda dependem de fossa comum, e uma pequena, mas alarmante, parcela (0,45%) realiza a destinação a céu aberto ou não possui qualquer sistema (1,35%), expondo os moradores a riscos sanitários e ambientais significativos.

As atividades econômicas, predominantemente agrícolas e pecuárias, são essenciais para a subsistência das famílias, com 74,4% dos lotes engajados na produção e 75,6% na pecuária. O fato de apenas 20,5% dos beneficiários exercerem atividade laboral fora do lote

sublinha a relevância da produção interna para a composição da renda. A diversificação produtiva, incluindo derivados lácteos, artesanato e apicultura, demonstra um potencial de desenvolvimento endógeno, que pode ser fortalecido por políticas públicas de apoio e comercialização, reduzindo a dependência de mercados externos e a vulnerabilidade econômica.

Em suma, o assentamento Foz do Rio do Amambai exemplifica um contexto onde a justiça socioambiental se manifesta na luta contínua por moradia digna, saneamento básico, acesso equitativo à saúde e educação, e segurança jurídica sobre a terra. As informações do guia são cruciais para a elaboração de políticas públicas específicas que enderecem as vulnerabilidades identificadas e promovam um desenvolvimento mais justo e sustentável para as famílias assentadas.

Nesse contexto, observa-se a relação intrínseca entre agricultura e sistemas alimentares. Conforme o que Hilmi (2019) destaca, o desempenho da agricultura influencia o bem estar da humanidade, gerando impactos diretos na segurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de lei PL-3266-2021, em tramitação no Congresso Nacional, pode significativamente melhorar a vida no assentamento Foz do Rio do Amambai ao oferecer novas fontes de renda e desenvolvimento, abordando algumas das vulnerabilidades socioeconômicas e de infraestrutura identificadas. Ao permitir que os assentados explorem o potencial de energia renovável (eólica, solar, hídrica e bioenergia) em seus lotes, seja individualmente ou através de contratos com terceiros, a lei cria uma oportunidade econômica complementar às atividades agrossilvipastoris, aumentando a diversificação produtiva e a renda familiar.

Segundo Kosioski (2000), no Brasil a grande parte de produtos provindo da agropecuária são derivados de sistemas intensivos, e estes sistemas dependem muito de fontes de energia provindas da combustão do petróleo, gerando muita poluição. Assim sendo, utilizar novas fontes energéticas limpas é extremamente importante para um futuro mais sustentável, e a energia fotovoltaica é uma delas. Aliando novas formas de consumo e de produção de energia limpa pode-se postergar o colapso energético ambiental nos próximos anos. (Kosioski, 2000). Tester (2005) define energia sustentável como “uma harmonia dinâmica entre a disponibilidade equitativa de bens e serviços de uso intensivo de energia para todas as pessoas e a preservação da terra para as gerações futuras”.

A garantia de que essa atividade não excluirá os assentados da condição de segurado especial ou do acesso a políticas públicas rurais, somada à participação de 50% no resultado financeiro da exploração, fortalece a segurança econômica e jurídica, mitigando a

vulnerabilidade decorrente da não-titularidade e da dependência de um único tipo de produção. Além disso, a lei incentiva a organização coletiva ao priorizar cooperativas e associações de trabalhadores assentados e exigir sua autorização para obras, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental do assentamento.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei nº 3.266, de 22 de setembro de 2021**. Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, para permitir ao assentado o aproveitamento do potencial de energia renovável. Brasília, DF: Senado Federal, 22 set. 2021.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

HILMI, A. **The Alfredo Namitete agroecology credit system: A new business model that supports small-scale lending**. Sustainability (Switzerland), 11(15), 2020.

NASCIMENTO, Tchoya Gardenal Fina do. **Desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional com o ímpeto de promover ações necessárias à titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul**. [S.l.: s.n.], 2023.

Kosioski, G. V.; Ciocca, M. L. S. (2000). **Energia e sustentabilidade em agroecossistemas**. Ciência Rural, v. 30, n. 4, p. 737-745, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782000000400031>

NOGUEIRA, Fernando Lopes; NASCIMENTO, Tchoya Gardenal Fina do; DORNELLES, Sandro Fabian Francilio (Coord.). **Guia dos assentamentos de Mato Grosso do Sul: Foz do Rio Amambai**. [S.l.]: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2024.

SILVA, Devanildo Braz da. **Impactos da regularização fundiária em assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul: projeto de pesquisa**. Brasil, 2024. 12 p. Protocolo OBHPI.010424.

Tester M, Davenport RJ (2005) **Na¹ transport and Na¹ tolerance in higher plants**. Ann Bot (Lond) 91: 503–527

TWIDELL, J., & WEIR, T. (2015). **Recursos energéticos renováveis**.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), razão pela qual direcionamos agradecimentos.